



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mensagem do Presidente

O ano de 2022, para o segmento de Biodiesel, foi marcado pelo início do novo modelo de comercialização e pela contração da demanda, em função da manutenção da mistura do biodiesel no diesel em 10%.

Com a extinção dos leilões bimestrais, operados pela Petrobras, o biodiesel passou a ser vendido por meio de negociação direta entre os produtores e as distribuidoras de combustíveis. A consequência imediata desta mudança foi a alteração do regime tributário, que resultou na possibilidade do acúmulo de ICMS nas empresas produtoras. Neste sentido, a PBio atuou junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e aos fiscos estaduais, de Minas Gerais e da Bahia, de forma à equalizar as questões tributárias e voltar a ter competitividade na formação do seu preço de venda.

Além disso, é importante destacar o impacto do não cumprimento do cronograma estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), previsto na Resolução nº 16, do CNPE, de 29 de outubro de 2018, que definia o percentual de 14% de biodiesel no diesel a partir de março de 2022. Ao longo de 2022, o percentual de mistura foi mantido em 10%, cujo impacto no segmento foi uma elevada ociosidade da capacidade de produção e um aumento de competitividade entre os produtores.

A PBio operou, durante o ano de 2022, duas de suas unidades de biodiesel — Candeias (BA) e Montes Claros (MG) — que, juntas, entregaram 202 mil m³ de biodiesel, gerando uma receita líquida de R\$ 1,46 bilhão.

No âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), as usinas de biodiesel da PBio geraram 218.260 créditos de descarbonização (CBI0), ao longo de 2022, e comercializaram 112.067 CBI0, a um preço médio de R\$ 128/unidade. A operação com CBI0, no ano de 2022, impactou positivamente o resultado da companhia em R\$ 23 milhões, sendo 112% superior em relação a 2021. No entanto, é importante destacar que, com o adiamento da meta de descarbonização de 2022 das distribuidoras de combustíveis, o preço dos CBI0 caiu expressivamente, a partir de julho, de cerca de R\$ 200 para R\$ 87 por unidade, reduzindo parte importante de receita para a companhia.

O ano de 2022 também foi marcado por uma alta volatilidade nos preços do óleo de soja e pela continuidade do dólar valorizado, o que contribuiu para a alta dos custos de matérias-primas e de insumos. Desta forma, com (i) a contração da demanda causada pelo

percentual de mistura em 10%, durante todo o ano, e (ii) o aumento dos custos de produção — principalmente pelo aumento na cotação internacional do óleo de soja e demais matérias-primas, impactada também pelo dólar valorizado —, a Companhia obteve, em 2022, resultado líquido negativo, de R\$ 196,3 milhões, e EBITDA negativo, de R\$ 245,5 milhões.

O resultado financeiro líquido do ano foi de R\$ 74,8 milhões, um aumento de 68% em relação a 2021, com rendimento da aplicação do caixa da Companhia no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC).

Além disso, destacamos para o mesmo período: (i) realização de reestruturação organizacional para adequar a companhia ao novo modelo de comercialização do setor, fortalecer a atuação de SMS nas usinas e atuar com mais foco nas questões de Diversidade, Equidade e Inclusão; (ii) um bom desempenho dos indicadores e controles de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), alinhados a nossa rígida política de SMS; e (iii) investimentos em manutenção e em melhorias operacionais nas duas usinas em operação.

Reafirmamos nosso compromisso social ao proporcionar renda e inclusão produtiva para agricultores familiares da região nordeste e do semiárido, no âmbito do Selo Biocombustível Social — certificação concedida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, da qual somos detentores há 15 anos. Investimos R\$ 30 milhões, em 2022, na aquisição de matérias-primas produzidas por estes agricultores e também proporcionamos assistência técnica gratuita, desde o plantio até a colheita.

Neste ano, a PBio realizou a atualização do seu Mapa Estratégico, que teve o objetivo de orientar a elaboração do seu Plano Estratégico 2023-2027, priorizar investimentos e aumentar sua sustentabilidade econômica a longo prazo.

Sigüiremos, em 2023, enfatizando a disseminação da cultura de integridade, de governança e de sustentabilidade na Companhia, com foco na melhoria do resultado operacional, da melhoria da gestão de aquisição de matérias-primas, do aumento da eficiência operacional e da otimização dos custos fixos.

Continuamos trabalhando focados em reverter os resultados apresentados, transformando a PBio em uma empresa sustentável a longo prazo, contando com a dedicação e empenho da nossa Força de Trabalho.

Rodrigo Hervé Quaranta Cabral
Presidente da Petrobras Biocombustível

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

1. A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL EM 2022

A Petrobras Biocombustível teve um ano bastante desafiador. A continuidade do percentual em 10%, de mistura de biodiesel no diesel A, e a elevação dos preços de todas as matérias-primas, com alta volatilidade, trouxeram dificuldades para que as usinas se mantivessem competitivas. Com isso, a Companhia teve um ano de resultado negativo.

O resultado financeiro líquido de R\$ 74,8 milhões, em 2022, ajudou a diminuir o prejuízo das atividades operacionais, sobretudo pela aplicação do caixa da Companhia no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC).

Medidas de Resiliência foram implementadas, durante o ano, e outras medidas serão aplicadas, no decorrer de 2023, para tornar a PBio uma empresa sustentável a longo prazo.

1.1. Biodiesel

A Petrobras Biocombustível operou, durante o ano, duas de suas unidades de biodiesel — Candeias (BA) e Montes Claros (MG) — que, juntas, entregaram 202,1 mil m³ de biodiesel.

A unidade mineira utilizou, como matéria-prima, 45% de gorduras e óleos residuais na média do ano. Já a unidade baiana, 26% de gorduras e óleos residuais no mesmo período.

Os esforços, que vêm sendo feitos para agregar valor aos processos produtivos de biodiesel, têm surtido resultados, levando ao aumento da confiabilidade e da segurança da operação, bem como o aumento na confiabilidade do atendimento de entregas de biodiesel. Porém, com a baixa demanda (B10) e aumento da competitividade do setor, as Usinas da PBio não conseguiram operar em sua capacidade plena.

A Usina de Montes Claros está habilitada para ofertar 196 mil m³/ano e produzir, por dia, até 545,45 m³ de biodiesel. A de Candeias está habilitada para entregar 305 mil m³/ano e produzir, diariamente, até 845,46 m³ de biodiesel. Juntas, as unidades estão autorizadas a produzir 501 mil m³/ano.

A margem de contribuição da produção de biodiesel foi negativa, em 2022. O mercado do biodiesel foi gravemente impactado por decisões, que modificaram um cenário promissor e de expansão do setor. A resolução do Governo Federal, de 2018, que regulamentou o mandato de mistura obrigatória do biodiesel no diesel comercializado no País, previa o crescimento gradual da mistura, sempre em março de cada ano. Entretanto, para o ano de 2022, o Governo Federal alterou a mistura, que foi mantida em 10%, em detrimento do que era previsto anteriormente para o segmento, com aumento gradual para 13% (B13, em 2021) e para 14% (B14, já em 2022). Em 2021, operamos um Mandato médio pouco acima de 10,5%.

Neste ano, a tônica foi a alta volatilidade nos preços de matéria-prima, influenciadas pela cotação do óleo de soja e de câmbio, com impactos diretos no custo de produção e no preço do biodiesel vendido pelas nossas usinas.

Iniciamos o ano com perspectivas de contínuo aumento do preço desta commodity. Porém, a partir de junho, houve uma reversão de expectativas, com impactos diretos nos resultados da Companhia. Esse impacto foi impulsionado pelo descolamento da cotação do óleo de palma, na bolsa da Malásia, frente ao óleo de soja, cotado na bolsa de Chicago, fazendo com que os prêmios de exportação se mantivessem em níveis muito baixos durante o segundo semestre, o que é um comportamento atípico para a entressafra de soja no Brasil. Somado a isso, houve estagnação da demanda por biodiesel, em função da manutenção do mandato em 10%, a elevação do preço da principal matéria-prima, o óleo de soja, acima do preço médio de biodiesel na maioria dos meses de 2022, evidenciando o tamanho do desafio enfrentado pelo setor.

Vale ressaltar que, além de todo o desafio imposto ao setor de biodiesel, uma grande modificação foi definida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a partir da publicação da Resolução nº 857/2021, de 28/10/2021, que dispôs sobre as regras do novo modelo de comercialização de biodiesel, aplicado em 2022. Esta resolução substituiu o modelo de comercialização até então vigente, por meio de leilões bimestrais, por um modelo de comercialização direta entre produtores de biodiesel e distribuidoras de combustíveis, a partir de primeiro de janeiro (01/01/2022).

Na regra de comercialização anterior, que consistia na venda de biodiesel por meio de leilões, regulados pela ANP, os produtores de B100 vendiam o produto à Petrobras, a qual revendia, posteriormente, às distribuidoras de combustíveis. Na operação de venda do biodiesel, dos produtores para a Petrobras, havia a incidência do ICMS, enquanto na etapa seguinte, que consistia na venda da Petrobras às distribuidoras, era praticado o diferimento do imposto, ou seja, não havia a incidência.

No novo modelo de comercialização, caracterizado pela venda direta do produtor de biodiesel para as distribuidoras de combustíveis, não há incidência de ICMS, o que prejudica o escoamento dos créditos tributários do referido imposto, decorrentes principalmente da aquisição de matérias-primas. Buscando solucionar a questão dos possíveis acúmulos de créditos fiscais dos produtores de biodiesel, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) editou o Convênio ICMS 206/2021, prevendo regras de ressarcimento. Visto que o estado de Minas Gerais, onde está localizada a Usina de Montes Claros, só aderiu ao convênio no final de julho, houve um acúmulo de créditos fiscais de ICMS. A PBio vem buscando, junto ao estado de Minas Gerais, uma solução para monetizar esses créditos.

Adicionalmente, está em negociação, com o estado da Bahia, a inclusão do Setor de Biocombustível no Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia (PROIND), que, se aprovado, garantirá melhor incentivo fiscal, caso a PBio realize os investimentos na Usina de Candeias, conforme programado em seu Plano Estratégico.

Outro impacto foi o fortalecimento das distribuidoras na relação comercial com os produtores de biodiesel. Com o setor atuando com elevada ociosidade de seu parque fabril, com a fraca demanda pelo produto e com a concentração da distribuição de combustível em poucos players, as margens foram ainda mais apertadas. As três principais distribuidoras de combustíveis controlam cerca de 65% do mercado.

O custo de obtenção do Selo Biocombustível Social da Companhia se manteve bastante competitivo com o praticado pelo mercado, sendo 41% inferior à estimativa do valor praticado pela concorrência, em 2022. Tal resultado foi possível devido à busca constante da Companhia em diversificar a aquisição de matérias-primas da agricultura familiar, à otimização da estrutura, que coordena a gestão do Selo Combustível Social, e ao histórico de relações comerciais estabelecidas com cooperativas e clientes, fortalecidas pela experiência acumulada ao longo dos anos.

1.3. Sustentabilidade (STB)

A Petrobras Biocombustível aprimorou sua gestão em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) por meio de uma reestruturação corporativa, que visou compatibilizar a atuação em SMS com a estrutura vigente da empresa, tendo em vista a atual inexistência de participações societárias e a necessidade de foco na operação das usinas, bem como o aperfeiçoamento do atendimento aos requisitos legais na matéria.

Tal reestruturação ensejou a ampliação do escopo da antiga gerência de SMS, na Sede da empresa, que passou a ser denominada Gerência de Sustentabilidade (STB). Assim, foram acrescentadas atribuições vinculadas ao contexto da gestão social, ambiental e econômica àquela estrutura organizacional, além das relacionadas ao gerenciamento e à implantação de políticas, diretrizes e estratégias corporativas de SMS. Em complemento, a mudança descrita reforçou as equipes de SMS das usinas, vinculando empregados, até então lotados na Sede da empresa, diretamente às unidades de Montes Claros e de Candeias, o que permitiu a otimização da gestão de pessoas e dos respectivos processos.

No final de 2021, passamos por auditoria do Processo de Auditoria Interna da Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (PAG-SMS da Petrobras) na usina de Montes Claros, com efetiva abrangência na usina de Candeias, que culminou em planos de ação para cada uma das unidades e que foram executados e acompanhados, tanto internamente, quanto pela controladora (Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras). Foram elencadas 229 ações, cujo percentual de conclusão atingiu 99% ao longo do ano de 2022.

Em Segurança Ocupacional, atuamos tratando não conformidades, sejam as relacionadas aos requisitos legais ou aos pontos de melhorias identificados na auditoria PAG-SMS.

Com relação ao principal indicador, registramos três acidentes computáveis para a Taxa de Acidentados Registráveis (TAR), de modo que esta sofreu acréscimo em relação ao ano anterior, passando de 2,31 para 3,40. As comissões de investigação dos acidentes foram implantadas, nas quais os acidentes foram objeto de análises, que resultaram em ações de correção e de melhoria nos processos. Como exemplo, registramos o aperfeiçoamento de padrões dos laboratórios das usinas, com base na análise comparativa com o Padrão Básico de Segurança em Laboratório e Análises de Processo — PBL da Petrobras.

No tocante à gestão de Saúde e ao monitoramento do absentismo, registramos alta no indicador Percentual de Tempo Perdido (PTP), de 1,90 registrado, em 2021, para 2,40, em 2022, acima do limite de alerta (1,80). Tal resultado está intimamente relacionado ao expressivo

aumento de afastamentos por casos suspeitos ou confirmados de Covid-19, que, por mais que tenham gerado impacto no PTP, foram resultado de uma necessária prática para garantir a saúde coletiva e o adequado tratamento dos casos de Covid-19. Vale destacar que não registramos óbitos, decorrentes de infecções por Covid-19, entre os colaboradores da Petrobras Biocombustível durante toda a pandemia.

Ainda atentos à pandemia de Covid-19, que permaneceu decretada até 22 de abril de 2022, realizamos monitoramento de casos, difundimos informações sobre a prevenção à doença, incentivamos o engajamento dos colaboradores no Programa Nacional de Imunização e mantivemos as medidas sanitárias recomendadas. No retorno dos colaboradores ao trabalho presencial, em regime híbrido, disponibilizamos máscaras cirúrgicas e PFF-2, bem como incentivamos o atendimento e atenção às demais medidas de prevenção à doença.

Reforçamos a implementação da vertente de saúde mental, como componente da gestão em SMS, de modo que continuamos a oferecer serviços voltados à prevenção, à conscientização e ao tratamento das questões ligadas à saúde emocional e mental dos colaboradores. Adicionalmente, contratamos, e disponibilizamos aos empregados, serviço de promoção à atividade física, da qualidade de vida e de bem-estar.

O cuidado e a gestão com o Meio Ambiente são evidenciados pelo fato de não termos registrado ocorrências computáveis para os indicadores de vazamentos de derivados de petróleo, biodiesel, óleos vegetais ou gorduras.

Em relação às emissões de gases do efeito estufa, registramos a menor emissão absoluta dos últimos cinco anos, em toneladas de CO₂ equivalente, resultado este ligado prioritariamente ao fator de utilização das nossas usinas, que foi o menor da mesma série histórica. Em 2022, a Petrobras Biocombustível emitiu 0,104 t CO₂ equivalente, por metro cúbico de biodiesel produzido.

Elaboramos, pelo terceiro ano consecutivo, nosso próprio Relatório de Sustentabilidade e implementamos a adoção da metodologia proposta pela GRI (*Global Reporting Initiative*), de modo a incrementar o nosso processo de reporte em Sustentabilidade e buscar alinhamento deste com as melhores práticas de mercado. Implementamos ainda a divulgação interna do relatório aos colaboradores, visando dar amplo conhecimento, motivar e engajar estes stakeholders na análise crítica e nas ações estabelecidas e executadas pela empresa.

Iniciamos atuação estruturada da empresa nas questões de Diversidade, Equidade e Inclusão, por meio da inclusão de metas, relacionadas às temáticas, no primeiro programa de estágio promovido pela companhia, e ainda obtivemos posicionamento favorável da diretoria para a estruturação de Comitê de Diversidade da Petrobras Biocombustível.

1.4. Corporativo e Recursos Humanos

Em 2022, a Petrobras Biocombustível continuou suas ações de Recursos Humanos para mitigar os efeitos da Pandemia do Coronavírus. Em março de 2022, foi liberado o retorno ao trabalho presencial nas unidades Operacionais e voluntário na sede, por até dois dias por semana. Cuidou-se ainda para que o efetivo presente jamais ultrapassasse 40% das estações de trabalho disponíveis, durante o período de retorno gradual.

Com o arrefecimento das taxas de contágio pela variante Ômicron e o arbrandamento das medidas de distanciamento social, promovidas pelo poder público, houve o retorno ao trabalho presencial de 100% do efetivo da Sede, a partir de junho.

Devido ao retorno ao trabalho presencial e à experiência positiva obtida com a atuação remota, iniciada durante a Pandemia do Coronavírus, a Companhia aprovou o programa de teletrabalho, limitado a atuação remota em até 3 dias por semana, mediante adesão do empregado, por meio de celebração do termo aditivo ao contrato de trabalho.

Ainda em 2022, em atendimento ao Mapa Estratégico da PBio, em relação à diretriz estratégica de Gestão de Pessoas (Adequar o Efetivo da PBio), foi iniciado um estudo de diagnóstico de efetivo, para avaliar a adequação quantitativa e qualitativa do efetivo vigente na empresa às suas demandas atuais.

Foi aprovado o Programa de Estágio para 20 estudantes de nível médio ou de nível superior. O Programa tem por objetivos: proporcionar oportunidades supervisionadas de desenvolvimento das práticas profissionais aos estudantes e estimular a troca de conhecimento entre prática profissional e novas metodologias, que a Academia tem apresentado. Em atenção ao tema inclusão social, das 20 vagas disponibilizadas, 10% estão destinadas a pessoas com deficiência, 30% a pessoas que se declaram pretas e 60% para mulheres.

Dando continuidade ao Plano de Sucessão — iniciado em 2020, para que fossem ocupadas posições deixadas em aberto após retorno de empregados da Controladora (Petrobras), que atuavam na Companhia por regime de cessão —, foram abertas diversas seleções internas para vagas, sem e com função gratificada, nas usinas e na sede.

Foi executada e concluída nova reestruturação organizacional que abrangeu as gerências de Comercialização e Logística (GCL), de Gestão de Ativos Participações Societárias e Desinvestimentos (GAPD), de Governança e Conformidade (GC) e de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), que passou a se chamar Sustentabilidade (STB). A reestruturação incluiu a criação da Coordenação de Inteligência de Mercado e de Administração e Manutenção, na Usina de Quixadá, hoje hibernada, e a extinção da Gerência Setorial de Desinvestimentos e Participações Societárias e da Coordenação de Conformidade.

Em decorrência das novas diretrizes para a comercialização de biodiesel no território nacional, instituídas pelo Conselho Nacional de Pesquisa Energética (CNPE) e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), foi revista a cadeia de valor da GCL e suas atribuições, o que ensejou a reavaliação das funções e a criação da Coordenação de Inteligência de Mercado.

A área SMS teve suas funções reestruturadas com o objetivo de fortalecer as gerências setoriais de SMS das Usinas de Biodiesel de Montes Claros e de Candeias, bem como aprimorar o atendimento aos requisitos legais dessas unidades.

2. RESULTADO CONSOLIDADO

A Petrobras Biocombustível apresentou, em 2022, lucro bruto negativo de R\$ 182,8 milhões e prejuízo operacional de R\$ 271,1 milhões. O resultado líquido foi negativo em R\$ 196,3 milhões. Assim como em 2021, o resultado operacional foi prejudicado pela retração na demanda do biodiesel em função da estagnação na elevação do percentual de mistura de biodiesel, fazendo com que o setor operasse com cerca de 50% de ociosidade. Além disso, o aumento dos custos de produção, principalmente das matérias-primas, e a apreciação do dólar prejudicaram as margens de contribuição, que ficaram negativas.

A venda de créditos de descarbonização (CBI0), por meio da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), impactou positivamente o resultado em R\$ 23 milhões, sendo 112% superior em relação a 2021, o que reforça o compromisso da Companhia em prover energia sustentável e renovável, com inovação e segurança.

O resultado financeiro líquido do ano foi de R\$ 74,8 milhões, um aumento de 68% em relação a 2021, com rendimento da aplicação do caixa da Companhia no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC).

Por fim, há que se destacar o fato de a Companhia não possuir dívida com instituições financeiras.

3. INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

3.1 Membros da Diretoria Executiva

Rodrigo Hervé Quaranta Cabral – Presidente
Edmundo José Correia Aires – Diretor de Biodiesel
Alexandre Quintão Fernandes – Diretor Administrativo e Financeiro

3.2 Membros do Conselho Fiscal: Titulares:

Solange Arantes Dornela – Presidente
Milton Piraino Junior
Marcelo Pereira de Amorim

Suplentes:

João Eduardo Jost Magalhães
Fabiano Maia Pereira

4. AGRADECIMENTOS

A Petrobras Biocombustível agradece a todos os colaboradores e aos parceiros pela importante contribuição em mais um ano dedicado ao trabalho competente e à superação de desafios.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		6	1	Fornecedores	13	99.048	196.872
Contas a receber, líquidas	6	109.547	185.525	Impostos e contribuições	16.1	1.395	1.408
Contas a receber - FIDC	6.1	458.483	696.468	Salários, férias, encargos e participações		9.844	8.564
Estoques	7	91.425	107.119	Derivativos	24.1	870	1.670
Imposto de renda e contribuição social	16.1	24.985	53.759	Outras contas e despesas a pagar		6.109	2.955
Impostos e contribuições	16.1	103.645	29.856			117.266	211.469
Derivativos e depósitos de margem	24.1	43.385	18.400				
Outros ativos circulantes		942	1.023				
		832.418	1.092.151				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Planos de pensão e saúde	17	13.988	12.354
Impostos e contribuições	16.1	32.281	47.849	Provisão para processos judiciais e administrativos	22	1.371	1.356
Depósitos judiciais	22.2	3.362	3.300	Outras contas e despesas a pagar		1.089	617
Outros ativos não circulantes		138	137	Processos judiciais de desinvestimentos	8.2	4.499	8.701
		35.801	51.286			20.947	23.028
Investimentos				Patrimônio líquido			
Imobilizado	9	665	665	Capital social	18	3.746.670	3.746.670
Intangível	10	276.733	291.212	Contribuição adicional de capital		(17.760)	(17.760)
	11	35	1.332	Ajustes de avaliação patrimonial		13.040	11.426
		313.234	344.495	Prejuízos acumulados		(2.734.511)	(2.538.187)
		1.145.652	1.436.646			1.007.439	1.202.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Receita de vendas de produtos	19	1.455.390	1.358.500
Custo dos produtos vendidos	20.1	(1.638.166)	(1.453.217)
Prejuízo bruto		(182.776)	(94.717)
Despesas			
Vendas	20.2	(8.677)	(10.413)
Gerais e administrativas	20.3	(59.508)	(45.969)
Tributárias	20.4	(21.650)	(6.682)
Provisão para perdas de créditos fiscais	16.1	-	(117.689)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	21	1.518	(10.980)
		(88.317)	(191.735)
Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos		(271.093)	(286.450)
Resultado financeiro líquido		74.769	44.604
Despesas financeiras	23	(263)	(266)
Receitas financeiras	23	75.368	42.528
Variações monetárias e cambiais, líquidas	23	(336)	2.342
Prejuízo antes dos impostos		(196.324)	(241.846)
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.2	-	24
Prejuízo do exercício		(196.324)	(241.822)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (em R\$)		(524,00)	(645,43)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(196.324)	(241.822)
Ganhos atuariais - Plano de Saúde		
Reconhecido no patrimônio líquido (nota explicativa 18.3)	1.614	12.407
Resultado abrangente total	(194.710)	(229.415)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social	Contribuição adicional de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	3.746.670	(17.760)	(981)	(2.296.365)	1.431.564
Prejuízo do exercício	-	-	-	(241.822)	(241.822)
Outros Resultados Abrangentes					
Planos de Pensão e Saúde	-	-	12.407	-	12.407
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.746.670	(17.760)	11.426	(2.538.187)	1.202.149
Saldos em 01 de janeiro de 2022	3.746.670	(17.760)	11.426	(2.538.187)	1.202.149
Prejuízo do exercício	-	-	-	(196.324)	(196.324)
Outros Resultados Abrangentes Planos de Pensão e Saúde	-	-	1.614	-	1.614
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.746.670	(17.760)	13.040	(2.734.511)	1.007.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(196.324)	(241.822)
Ajustes para:		
Provisão atuarial com plano de pensão e saúde	3.208	6.199
Resultado de recebíveis de ativos financeiros	(74.292)	(30.745)
Depreciação e amortização	25.635	25.897
Provisão (reversão) de perdas de créditos esperados	4.672	(2.222)
Provisão para perdas de créditos fiscais	-	117.689
Resultado com alienações e baixa de ativos	(15.764)	(3.363)
Emissões de ativos intangíveis - CBIOS	(21.620)	(7.881)
Provisão (reversão) de perdas com processos judiciais de desinvestimentos	(4.202)	8.701
Provisão (reversão) para perdas com processos judiciais e administrativos	15	(3.674)
Valor justo das operações com derivativos	414	428
Provisão (reversão) do ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	10.221	(114)
	71.306	(28.743)
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber		
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	(29.447)	(11.317)
Estoques	18.383	43.408
Operações com derivativos	(26.199)	(17.157)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(2)	(2.042)
	(97.824)	90.104
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores		
Salários, férias, encargos e participações	1.280	(16.611)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(13)	(145)
Outros passivos	3.666	(2.091)
Recursos líquidos utilizados pelas atividades operacionais	(326.887)	(75.502)
	761.109	525.285
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgate em recebíveis de ativos financeiros		
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(448.832)	(706.775)
Adições em investimentos	-	(665)
Aquisições de ativos imobilizados	(11.139)	(7.868)
Recebimento pela venda de ativos intangíveis - CBIOS	14.291	12.437
Recebimento pela venda de ativos (Desinvestimentos)	11.463	253.740
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	326.892	76.153
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
(-) Amortização de principal de passivos de arrendamentos	-	(606)
(-) Amortização dos juros s/ passivos de arrendamentos	-	(56)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	-	(662)
Aumento de caixa e equivalentes	5	(11)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	12
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	2022	2021
Receitas		
Vendas de produtos	1.446.077	1.530.308
Descontos e abatimentos	(4.259)	(2.928)
Reversão (perdas) de crédito esperadas	(4.672)	2.222
Receitas relativas à construção de ativos para uso	10.824	6.840
Outras receitas operacionais, líquidas	147.855	29.496
	1.595.825	1.565.938
Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas consumidas	(1.455.243)	(1.278.607)
Custo das mercadorias revendidas	(25.763)	(23.875)
Créditos fiscais sobre insumos de terceiros e de outros	(143.750)	(194.411)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(165.217)	(167.947)
Provisão do ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	(10.221)	114
Provisão para perdas de créditos fiscais	-	(117.689)
	(1.800.195)	(1.782.416)
Valor consumido bruto	(204.369)	(216.477)
Depreciação e amortização	(25.635)	(25.897)
Valor líquido consumido pela Companhia	(230.004)	(242.374)
Valor recebido em transferência		
Receitas financeiras, variações monetárias e cambiais	75.368	44.870
	75.368	44.870
Valor consumido a distribuir	(154.636)	(197.504)
Distribuição do valor consumido		
Pessoal		
Remuneração direta	45.380	36.112
Salários	45.476	38.125
Provisão (reversão) para remuneração variável	(96)	(2.013)
Benefícios	15.029	16.538
Vantagens (provisão PIDV, auxílios e etc)	2.913	697
Plano de aposentadoria e pensão	4.190	4.484
Plano de Saúde	4.735	8.435
FGTS	3.191	2.922
	60.409	52.650
Tributos		
Federais	(19.613)	(19.142)
Estaduais	(390)	9.068
Municipais	683	666
	(19.320)	(9.408)
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	599	266
Despesas de alugueis	-	810
	599	1.076
Acionistas		
Prejuízo do exercício	(196.324)	(241.822)
	(196.324)	(241.822)
Valor consumido distribuído	(154.636)	(197.504)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Biocombustível S.A. ("PBio" ou "Companhia") é uma controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), constituída em 16 de junho de 2008, tendo por finalidade a produção, logística, comercialização, pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades correlatas ou afins, a logística e comercialização de matéria-prima e a geração de energia elétrica, associada às suas operações de produção de biocombustíveis.

A Companhia poderá também atuar na produção, logística, comercialização e pesquisa e desenvolvimento de negócios e empreendimentos, cujos processos produtivos e soluções tecnológicas abranjam atividades de baixas emissões de carbono, eficiência energética e tecnologias sustentáveis.

A Companhia segue o plano de negócios da sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Processo de desinvestimento

Em 03 de julho de 2020, a Petrobras divulgou o início da etapa de oportunidade (teaser), referente à venda da totalidade de ações da PBio.

Em 3 de agosto de 2020, a Petrobras anunciou o início da fase não vinculante da venda da participação na PBio. Em continuidade a essa negociação, em 30 de setembro de 2020, a Petrobras divulgou o início da fase vinculante, fase em que se encontra atualmente.

A Petrobras não fixa uma data para que os desinvestimentos de biodiesel se efetivem. No momento, não há decisão quanto à interrupção da produção das Usinas de Biodiesel, em Candeias e em Montes Claros. Existe orçamento aprovado para continuidade das operações para os próximos cinco anos e as unidades continuam na carteira de investimentos da PBio. A administração afirma o entendimento da continuidade operacional da Petrobras Biocombustível S.A..

Além disso, a Petrobras Biocombustível aguarda possíveis atualizações do posicionamento estratégico em Biocombustíveis de sua Controladora.

1.2. Principais impactos nas operações da Companhia

A mistura do biodiesel, para todo o ano de 2022, passou a ser de 10%, reduzindo a demanda pelo principal produto da Companhia.

Outro fator importante refere-se a mudança significativa no mercado de biodiesel, onde, a partir de 01 de janeiro de 2022, foi descontinuado o modelo de comercialização na forma de leilões bimestrais, para um ambiente de livre mercado, onde os produtores de biodiesel estão autorizados a comercializar biodiesel com os distribuidores de combustíveis, pelo regime de contrato de fornecimento de biodiesel ou por meio de transações por mercado à vista (spot market). Esse novo ambiente de comercialização resultou em outra dinâmica de formação de preços de biodiesel, onde a cotação do futuro do óleo de soja na Bolsa de Chicago (CBOT) e o câmbio (R\$/US\$) são duas variáveis importantes na precificação do biodiesel comercializado pelas empresas produtoras.

O preço do biodiesel vendido nas usinas da PBio foi superior em relação ao fechamento de 2021. Apesar do aumento no preço do biodiesel, houve também uma elevação no custo das matérias-primas, pela pressão no mercado de óleos vegetais mundial.

Essa elevação, somada à volatilidade de curto prazo nos custos de óleos vegetais e gorduras, aumentou o desafio para aquisição de matérias-primas competitivas nas duas Usinas da Petrobras Biocombustível. Para a Usina de Candeias essa variável é ainda mais importante, devido à menor oferta de matérias-primas competitivas, aumentando o desafio para a venda de maior volume de biodiesel, em 2022. Para a Usina de Montes Claros, essa elevação é menos impactante, por estar mais próxima da produção de óleos vegetais e gorduras, o que resulta em maior oferta de matérias-primas diversificadas e competitivas, possibilitando maior fator de utilização (FUT) da unidade, em 2022.

1.3. Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio

A Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instituída pela Lei nº 13.576/17, faz parte da política energética nacional e tem como objetivo contribuir com a adequada relação de eficiência energética e de redução de emissões de gases, causadores do efeito estufa, na produção, comercialização e uso de biocombustíveis.

No âmbito do programa Renovabio, as usinas de biodiesel da PBio geraram 218.260 créditos de descarbonização (CBIOS), ao longo de 2022. Desse total, 168.701 foram gerados na Usina de Montes Claros (UBMC) e 49.559 CBIOS, na Usina de Candeias (UBC). Em relação à comercialização, as usinas comercializaram 112.067 CBIOS, a um preço médio de R\$ 127,53/unidade, permanecendo 128.157 CBIOS com possibilidade de comercialização futura.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos CBIOS, no montante de R\$ 12.910, foi reclassificado para o grupo de estoques, antes apresentado no grupo de ativo intangível, até o 3º trimestre de 2022 (R\$ 8.715). A Administração entende que essa reclassificação se faz necessária por conta do crescente desenvolvimento do mercado de CBIOS, especialmente observado e consolidado a partir de 2022, e sua maior relevância nas operações da PBio, corroborado pelo Plano Estratégico (PE PBio), aprovado em 30 de dezembro de 2022, que apresenta evolução significativa das receitas, esperadas da Companhia, com vendas de CBIOS para os próximos 5 anos (aproximadamente, 188% maior, em relação ao PE PBio anterior).

Nesse contexto, vale ressaltar que a Administração da PBio evidencia a relevância dos CBIOS no curso ordinário dos negócios da Companhia (PE PBio atual), tanto nas avaliações gerenciais de margem de contribuição, quanto no planejamento de vendas do Biodiesel em si. Conclui-se que, a partir das evidências expostas acima, os CBIOS passam a atender plenamente a definição de estoque, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1), por se tratar de um ativo mantido para a venda no curso normal dos negócios da Companhia. Dessa forma, os impactos, por conta da atual classificação contábil, foram constituídos de forma prospectiva, a partir do 4º trimestre de 2022.





Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



As tabelas a seguir resumem, apenas de forma ilustrativa, os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

Balancão Patrimonial	2022		
	Cenário anterior	Ajustes	Cenário atual
Ativo circulante	-	12.910	12.910
Estoque - CBI Original			
Não circulante			
Intangível	12.910	(12.910)	-
Total dos grupos dos ativos	12.910	-	12.910
Total do passivo	138.213	-	138.213
Total do patrimônio líquido	1.007.439	-	1.007.439
Total do passivo e patrimônio líquido	1.145.652	-	1.145.652

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico, como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes, que requerem maior nível de julgamento e complexidade, estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 1 de março de 2023, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do Valor Adicionado (DVA) apresenta informações relativas à riqueza criada pela entidade e à forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado —, sendo apresentada como informação adicional.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Sumário das principais práticas

As práticas contábeis, para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração, aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis, adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes, que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados ao valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, com base tanto: no modelo de negócios da entidade, para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida), cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal, em datas específicas, e cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo, com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida), cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal, em datas específicas, e cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais, não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que, no reconhecimento inicial, a Companhia eleger de forma irrevogável, por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento, em outros resultados abrangentes; e

- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados ao valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo, por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados ao custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não seja substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença, entre o saldo contábil do instrumento remensurado, quando da modificação não substancial dos seus termos, e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda, no resultado do período.

A Companhia não teve modificação substancial, que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações, que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores, considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas, que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação, e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1. Premissas para testes de recuperabilidade de ativos - Impairment

As projeções, relacionadas às premissas-chave, derivam do plano de negócios e gestão, para os primeiros cinco anos, e são consistentes com o plano estratégico para os anos subsequentes. Tais projeções são consistentes com evidências de mercado, tais como previsões macroeconômicas independentes, análises da indústria e de especialistas. Testes estatísticos, como *backtesting* e *feedback*, também são efetuados para aprimorar continuamente as técnicas de previsão da Companhia.

O modelo de previsão de preços da Companhia é baseado em uma relação não linear entre as variáveis, que visam representar os fundamentos de oferta e demanda do mercado.

Mudanças no ambiente econômico podem gerar alterações de premissas e, conseqüentemente, o reconhecimento de perdas por desvalorização em certos ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC).

Mudanças no ambiente econômico e político podem também resultar em projeções de risco-país mais altas, ocasionando elevação nas taxas de desconto usadas nos testes de *impairment*.

O valor recuperável, de determinados ativos, pode não exceder substancialmente seus valores contábeis e, por esta razão, é razoavelmente possível que perdas por desvalorização sejam reconhecidas nestes ativos nos próximos anos, devido à observação de uma realidade distinta em relação às premissas assumidas.

4.2. Definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para testes de recuperabilidade de ativos - Impairment

Esta definição envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão. Alterações nas UGC podem acontecer em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais, que podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, conseqüentemente, na agregação ou desagregação de ativos que fazem parte de determinadas UGC, podendo resultar em perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos. O nível de desagregação de ativos em UGC pode chegar até o limite dos ativos serem testados individualmente. A seguir a definição das plantas de Biodiesel:

(i) **UGC Biodiesel:** conjunto de ativos que compõe as usinas de Montes Claros (MG) e de Candeias (BA). A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados na comercialização dos produtos e a oferta de matéria-prima.

As operações da Usina de Quixadá (CE) se encontram encerradas. Por conta disso, a planta deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biodiesel, estando com *impairment* integral.

4.3. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios, definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica, dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

(ii) **Taxa de desconto** - compreende a curva de inflação projetada, com base no mercado, mais juros reais, apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

(iii) **Taxa de variação de custos médicos e hospitalares** - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (*per capita*) da Companhia, nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia, no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas, estão divulgadas na nota explicativa 17.

4.4. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de arbitragem e administrativos, envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas, para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos, são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 22.

4.5. Perdas de Crédito Esperado (PCE)

Aprovisão de Perdas de Crédito Esperado (PCE), para ativos financeiros, se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro, com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.6. Valor justo dos derivativos de moeda e commodity

O valor justo de derivativos de moeda estrangeira é estimado de acordo com o valor da moeda no mercado *spot*, no fechamento do mês, acrescido de juros, até à data de vencimento das posições em aberto. O valor justo de *commodities* é estimado pelo valor do contrato futuro da *commodity* operada na bolsa de referência (bolsa de Chicago - CBOT - óleo de soja) no fechamento do mês.

Outras informações e análises de sensibilidades dos derivativos são divulgadas na nota explicativa 24.2.

5. Novas normas e interpretações

5.1. Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC)

A Companhia é regida pelos regimentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS — *International Financial Reporting Standards* —, tal como emitidas pelo IASB — *International Accounting Standards Board*. A seguir, são apresentados os normativos contábeis, ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia, até 31 de dezembro de 2022.

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts</i>	OIFRS 17 substituiu o IFRS 4 — <i>Insurance Contracts</i> — e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados, por emissores de contratos de seguros e resseguros no escopo da norma, e para contratos de resseguros mantidos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
<i>Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2</i>	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 — <i>Presentation of Financial Statements</i> — estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda prevê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva para as emendas ao IAS 1.
<i>Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8</i>	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de “mudança na estimativa contábil” deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo “estimativas contábeis”: valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva.
<i>Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction – Amendments to IAS 12</i>	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
<i>Lease Liability in a Sale and Leaseback – Amendments to IFRS 16</i>	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants – Amendments to IAS 1</i>	As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito, no final do período de reporte, de diferir a liquidação do passivo, durante, pelo menos, doze meses, após o período de reporte.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
	Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas <i>covenants</i> , cujo cumprimento é obrigatório antes ou no final do período de reporte, devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	
	Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes, com cláusulas restritivas <i>covenants</i> .	

Em relação aos normativos em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia não estima impactos materiais, da aplicação inicial, em suas demonstrações.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia ainda está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

	2022	2021
Terceiros (i)	67.061	7.084
Partes relacionadas (nota explicativa 14) (i)	29.544	180.467
Outras	21.065	1.425
	117.670	188.976
(-) Perdas de crédito esperadas – PCE	(8.123)	(3.451)
	109.547	185.525
Contas a receber – FIDC (ii) (nota explicativa 14)	458.483	696.468
Total	568.030	881.993

(i) A variação no período se deu pela mudança no modelo de comercialização de biodiesel, negociada, até 31 de dezembro de 2021, por meio de leilões da ANP e, a partir de janeiro de 2022, passou para um ambiente de livre mercado, conforme nota explicativa 1.2.

(ii) Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Grupo Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como “recebíveis”, considerando que o lastro desse fundo é, principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo, por meio do resultado.

6.2. Aging do Contas a receber – Terceiros

	2022	2021
	Contas a receber	Contas a receber
A vencer	74.065	4.937
Vencidos:		0
Até 3 meses	6.680	(48)
De 3 a 6 meses	166	(5)
De 6 a 12 meses	3.693	(249)
Acima de 12 meses	3.522	(3.150)
Total	88.126	(3.451)

6.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2022	2021
Saldo inicial	3.451	5.673
Adições	4.695	-
Reversões	-	(235)
Baixas	(23)	(1.987)
Total	8.123	3.451

Prática contábil

São contabilizados, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com exceção dos recebíveis do FIDC.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo, por meio da utilização de matriz de provisões, baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras, desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

PCE é a média ponderada de perdas de crédito histórica com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais, devidos à Companhia, e todos os fluxos de caixa, que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*), que ocorre no instrumento financeiro, na data do balanço, com o risco de inadimplência, que ocorre no instrumento financeiro, na data de seu reconhecimento inicial. Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões, que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência, quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos, quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente, em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

7. Estoques

	2022	2021
Matéria-prima (i)	653	985
Produtos intermediários (ii)	35.652	60.080
Produtos acabados (iii)	40.068	37.409
Materiais	12.453	8.735
Créditos de descarbonização - CBI0 (nota explicativa 1.3)	12.910	-
(-) Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	(10.311)	(90)
Total	91.425	107.119

(i) Metanol;
(ii) Óleos e gorduras vegetais e de animais; e
(iii) Biodiesel, glicerina, borra de refino e ácido graxo.

A variação significativa, no ajuste dos estoques ao valor realizável líquido, decorreu dos menores preços de venda de biodiesel, praticados pelas usinas no período, ficando inferior ao seu custo médio.

Adicionalmente, a redução dos saldos dos estoques, entre os períodos comparados, se deu, em grande parte, na linha de produtos intermediários, em função do consumo de óleos e gorduras, matérias-primas para produção de biodiesel, compensada, parcialmente, pela reclassificação do saldo dos CBI0, conforme detalhado na nota explicativa 1.3.

Prática contábil

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

Os biocombustíveis compreendem, principalmente, os saldos de estoques de biodiesel.

Os materiais e suprimentos, para manutenção e outros, representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação e consumo, que serão utilizados nas atividades da Companhia, exceto matérias-primas. E estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

O estoque de créditos de descarbonização (CBI0) é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e deduzido ao seu valor de realização, quando aplicável, tendo como base de informação a sua cotação em bolsa, na data do Balancão Patrimonial.





Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras



8. Venda de ativos

As operações de venda de participações societárias da Companhia, que impactaram o período reportado, estão apresentadas a seguir:

8.1. Recebimento de parcelada vendida da BS Bios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A (BS Bios)

Em 09 de fevereiro de 2021, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a operação de venda da totalidade das ações da BS Bios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A (BS Bios) foi concluída com o pagamento de R\$ 253.740 para a PBio, já como ajustes previstos no contrato. Além desse valor, R\$ 62.512 permanece em conta vinculada (escrow).

Os recursos, depositados em conta vinculada (escrow), estão em poder da compradora para cobrir indenizações eventuais de contingências, estabelecidas em contrato de compra e venda, e serão liberados para PBio conforme prazo e condições estabelecidas nesse contrato, desde que os valores das contingências não superem os valores depositados na conta vinculada. Dado, portanto, o grau de incerteza do recebimento desses recursos, a Companhia somente os reconhece quando do seu efetivo recebimento e ou à medida em que possam ser classificados como praticamente certos, com valor e tempo de recebimento confiavelmente definidos, por conta da característica de ativo contingente dessa operação.

Em 09 de fevereiro de 2022, foi recebido pela PBio 1ª parcela do saldo da conta vinculada, no montante de R\$ 11.463, com reflexo em outras receitas operacionais (nota explicativa 21).

8.2. Processos judiciais oriundos de vendas de participações acionárias – Belém Bioenergia Brasil S.A. ("BBB")

Consoante relatório de processos consolidados pela BBB, em 31 de dezembro de 2022, e o previsto no respectivo contrato de compra e venda de ações, a PBio é responsável pela indenização das perdas sofridas pelas desinvestidas, por determinados processos judiciais classificados como perda provável, no montante de R\$ 4.499 e perda possível no montante de R\$ 14.966, oriundos da venda de 50% da participação na BBB. O valor relativo à perda provável está registrado no passivo da Companhia, apresentado no Balanço Patrimonial, na linha Processos judiciais de desinvestimentos.

9. Investimento

9.1. Mutação dos Investimentos

	% de Participação	Saldo em 31.12.2021	Aporte de capital	Saldo em 31.12.2022
Associação Petrobras de Saúde (APS)	0,13%	665	-	665
Total		665	-	665

Constituição da Associação Petrobras de Saúde ("APS") e tratamento contábil dos aportes

AAPS tem natureza de associação civil, tendo por objetivo a realização de atividades sociais ou assistências, neste caso, a assistência à saúde, sem fins lucrativos.

Mediante convênios celebrados, entre as patrocinadoras e APS, vem sendo realizada transferência de recursos financeiros para formação do capital regulatório da ANS, com o objetivo de garantir a cobertura aos seus beneficiários.

10. Imobilizado

O ativo imobilizado, até 31 de dezembro de 2022, estava representado da seguinte forma:

	Terenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos, benfeitorias e outros bens	Direitos de uso	Ativos em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.018	273.382	-	11.812	291.212
Custo	65.808	591.133	2.752	11.812	671.505
Depreciação acumulada	(59.790)	(317.751)	(2.752)	-	(380.293)
Adições	-	316	-	10.824	11.139
Baixas	-	-	-	(2)	(2)
Transferências	-	5.564	-	(5.588)	(24)
Transferências - custo x depreciação acumulada	(51.984)	51.023	(2.752)	-	(3.713)
Transferências - depreciação acumulada x custo	51.984	(51.021)	2.752	-	3.715
Depreciação	(627)	(24.968)	-	-	(25.594)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.391	254.296	-	17.046	276.733
Custo	13.824	648.036	-	17.046	678.906
Depreciação acumulada	(8.433)	(393.740)	-	-	(402.173)

Tempo de vida útil médio ponderado em anos (exceto terrenos)	26 (16 a 50)	20 (5 a 50)

	Terenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos, benfeitorias e outros bens	Direitos de uso	Ativos em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	93.979	206.952	347	7.538	308.817
Adições	-	1.028	-	6.840	7.868
Transferências/reclassificações	(83.860)	86.435	365	(2.566)	374
Depreciação	(4.101)	(21.034)	(712)	-	(25.847)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.018	273.382	-	11.812	291.212
Custo	65.808	591.133	2.752	11.812	671.505
Depreciação acumulada	(59.790)	(317.751)	(2.752)	-	(380.293)

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

Os gastos com grandes manutenções planejadas, e efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais, são reconhecidos no ativo imobilizado, quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados, pelo período previsto, até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções, que não atendem a esses requisitos, são reconhecidos como despesas, no resultado do exercício.

As peças de reposição e sobressalentes, com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado, são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Os ativos são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas e revisadas anualmente. Os terrenos não são depreciados.

Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear, com base nos prazos contratuais.

11. Intangível

O ingresso da PBio no mercado de créditos de descarbonização teve como marco inicial a certificação da produção de biocombustíveis de suas Usinas de Biodiesel em Candeias (BA) e em Montes Claros (MG).

O saldo, dos CBO emitidos, foi reclassificado para o grupo de estoque, a partir do 4º trimestre de 2022, conforme já mencionado na nota explicativa 1.3, permanecendo no grupo de intangível apenas os gastos com a certificação, líquidos da amortização acumulada.

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo intangível está apresentado, conforme tabela a seguir:

	CBO	Softwares	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.329	3	1.332
Custo	1.390	765	2.155
Amortização acumulada	(62)	(762)	(824)
Adições	21.620	-	21.620
Baixas	(9.988)	-	(9.988)
Reclassificação (nota explicativa 1.3)	(12.910)	-	(12.910)
Transferências - custo x depreciação acumulada	-	(10)	(9)
Transferências - depreciação acumulada x custo	-	33	33
Amortização	(36)	(5)	(41)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14	21	35
Custo	112	755	867
Amortização acumulada	(98)	(734)	(832)
	CBO	Softwares	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.419	6	1.424
Adições	7.881	-	7.881
Baixas	(7.930)	-	(7.930)
Transferências	-	5	5
Amortização	(41)	(9)	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.329	3	1.332
Custo	1.390	765	2.155
Amortização acumulada	(62)	(762)	(824)

Prática contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), e são compostos por direitos e concessões, que incluem, principalmente, gastos com emissão de certificação da produção de biocombustíveis para emissão dos créditos de descarbonização (CBOs).

Ativos intangíveis, com vida útil indefinida, não são amortizados, mas são testados, anualmente, em relação à perdas por redução ao valor recuperável (impairment). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente.

12. Redução ao valor recuperável dos ativos - Impairment

12.1. Imobilizado

Na avaliação de recuperabilidade dos ativos imobilizados, testados individualmente ou agrupados em unidades geradoras de caixa (UGC), a Companhia considerou as seguintes projeções:

- vida útil baseada na expectativa de utilização dos ativos ou conjunto de ativos, que compõem a UGC, considerando a política de manutenção da Companhia;
- premissas e orçamentos aprovados pela Administração para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; e
- taxa de desconto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital — WACC) pós-imposto. O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resulta em valores recuperáveis diferentes se taxas de desconto antes dos impostos tivessem sido usadas.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, para determinar o valor em uso das UGC, foram:

i) taxa de desconto de 9,0% para 2022 (7,9% - 2021); ii) aplicação da nova curva de câmbio aos preços em dólar projetados para o óleo de soja e a curva de preços de biodiesel projetada em reais; iii) aplicação de novos spreads em relação ao óleo de soja Paranaçu e em relação ao biodiesel, média Brasil, devido as novas condições de mercado.

A Companhia realizou os testes de recuperabilidade, não havendo perdas a serem registradas. Prática contábil

A Companhia avalia os ativos imobilizados e intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada para o ativo individual ou ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa. Entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (UGC). A nota explicativa 4.2 apresenta informações detalhadas sobre as UGC da Companhia.

Os ativos de produção de biodiesel têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possui não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil do ativo ou UGC é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo ou seu valor líquido de despesa de venda. Considerando-se as sinergias das Usinas de Biodiesel e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, usualmente o valor recuperável utilizado na realização do teste de recuperabilidade é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. As principais premissas dos fluxos de caixa são: taxas de câmbio e preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado.

13. Fornecedores

	2022	2021
Terceiros no país (i)	85.873	190.470
Partes relacionadas (nota explicativa 14)	13.175	6.402
Total	99.048	196.872

(i) Principais fornecedores: Cargill Agrícola, Louis Dreyfus Commodities, Bunge Alimentos, Indústria de Rações Patense e Biooleo Industrial.

A variação entre os períodos decorre, principalmente, pelo aumento do preço das matérias-primas, conforme mencionado na nota explicativa 1.2, complementada pela maior compra, em dezembro de 2021.

14. Partes relacionadas

A Companhia segue a política com partes relacionadas da sua controladora, Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses, respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos eram compostos como se segue:

Ativo	2022	2021
Circulante		
Contas a receber, líquidas		
FIDC (Nota explicativa 6.1)	458.483	696.468
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (i)	29.434	180.466
Outras empresas do grupo	110	1
Outros ativos circulantes - APS	766	742
Total	488.793	877.677
Passivo		
Circulante		
Fornecedores		
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (ii)	10.779	1.781
Outras empresas do grupo	2.396	4.621
Total	13.175	6.402
Resultado	2022	2021
Receita Líquida de vendas		
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (iii)		
	621	839.742
Despesas compartilhadas		
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (iv)		
	(17.367)	(8.074)
Resultado financeiro, líquido		
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (v)		
	74.391	42.482
	57.645	874.150

(i) Em 2022, os créditos decorrem do ressarcimento de ICMS e com custos de profissionais cedidos. Em 2021, os créditos decorrem de vendas de biodiesel, negociadas até 31 de dezembro de 2021, por meio de leilões da ANP (nota explicativa 1.2);

(ii) Refere-se, principalmente, às obrigações a pagar, relativas a funcionários requisitados e compartilhamento de custos e despesas junto à Petrobras;

(iii) Em 2022, principalmente, vendas de glicerina, e, em 2021, vendas de biodiesel, que eram negociadas até 31 de dezembro de 2021, por meio de leilões da ANP (nota explicativa 1.2);

(iv) Referem-se, principalmente, aos gastos com profissionais requisitados e compartilhamento de custos e despesas; e

(v) Em 2022, referem-se, principalmente, às receitas financeiras obtidas no FIDC (nota explicativa 23) e, em 2021, inclui também receitas com prestação de fiança — REPETRO (nota explicativa 14.1).

14.1. Garantias

A partir de 2021, não havia mais previsão de garantias a serem concedidas pela Companhia, tendo em vista o término do contrato de concessão de fiança para os bens importados pela sua controladora Petrobras, em dezembro de 2020. Porém, em 2021, foi auferida a receita de R\$ 11.704 referente a valores residuais desta operação, conforme nota explicativa 23.

15. Remuneração da administração da Companhia

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, além dos dirigentes, foram as seguintes:

	Dez/2022	Dez/2021
Remuneração do empregado		
Menor remuneração	2.573,70	5.853,21
Remuneração média	24.777,02	21.667,93
Maior remuneração	162.267,63	165.348,88

Na tabela abaixo são apresentados os benefícios oferecidos aos empregados, bem como o gasto global com cada benefício:

	2022	2021
Benefícios aos empregados		
assistências médica e odontológica	3.376	4.953
auxílios alimentação e refeição	1.559	1.440
auxílio creche	1.006	732
auxílio transporte	117	29
previdência complementar	3.434	2.895
outros	230	231

Adicionalmente, na tabela abaixo, são apresentados alguns indicadores do corpo funcional da Companhia:

	2022	2021
Número de empregados(as) ao final do exercício	140	145
Número de demissões durante o exercício	3	10
Número de empregados(as) de empresas prestadoras de serviços	322	316

As remunerações totais dos membros da diretoria executiva e por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia, e são apresentadas a seguir:

	2022	2021
Diretoria Executiva		
Salários e benefícios	3.458	3.615
Encargos sociais	879	913
Número de membros	3	3
Número de membros remunerados	3	3

Em 20 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou, dentro do limite autorizado pela SEST (OFÍCIO SEI Nº 75285/2022/ME), a remuneração do Conselho Fiscal em até R\$ 437, como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023, e fixou a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos à adicional de férias e benefícios.

No exercício de 2022, a remuneração média mensal dos conselheiros foi de R\$ 284 (mesmo valor em 2021).

16. Tributos

16.1. Tributos correntes

	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda	23.456	42.598
Contribuição social	1.529	11.161
	24.985	53.759

Demais impostos e contribuições

	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo Circulante
	2022	2021	2022
Imposto de renda retido na fonte			
ICMS	71.971	3.097	103
PIS e COFINS	27.581	24.269	32.178
IPI	3.515	1.643	-
Outros	578	847	59
	103.645	29.856	32.281
			47.849
			1.395
			1.281

ICMS:

- Novo modelo de comercialização do B-100, que previu o fim dos leilões públicos a partir de janeiro de 2022, permitiu às distribuidoras realizarem aquisições diretamente das usinas. Com isso, os insumos continuaram com incidência do imposto, enquanto as saídas do B-100 tiveram seu ICMS diferido ou suspensos, cujo impacto nas Usinas de Montes Claros e Candeias foi amenizado pela adesão ao Convênio 206/2021, que concede tratamento tributário diferenciado para operação de comercialização do B-100, tendo o Estado da Bahia aderido ao Convênio, em dezembro de 2021, e de Minas Gerais, em julho de 2022, acarretando maiores acúmulos de créditos nesta unidade;

- Em 2021, a Companhia reconheceu uma provisão para perda na realização desse imposto de R\$ 24.852 e até o momento não há indicativo de reversão. Já para 2022, a Administração entende que não caberia uma nova provisão, tendo em vista que os créditos, ora acumulados, são passíveis de ressarcimento junto a Refinaria de Mataripe S.A. (em relação ao estado da Bahia) e junto a Refinaria Gabriel Passos – REGAP (em relação ao estado de Minas Gerais). Com relação aos créditos acumulados em Montes Claros, no período de janeiro a junho de 2022, a PBio está providenciando a homologação dos referidos créditos, com a finalidade de negociar sua transferência para sua controladora Petrobras;

PIS e COFINS:

- A Lei complementar nº



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

Em 31 de dezembro de 2022, o prejuízo fiscal do imposto de renda e da base negativa da contribuição social, acrescidos das diferenças temporárias totalizavam, respectivamente, R\$ 2.654.415 e R\$ 2.656.930 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 2.457.649 e R\$ 2.459.644, respectivamente).

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido para compensação futura do prejuízo fiscal, por não existirem evidências de que haverá disponibilidades de lucro tributável suficiente para utilização desse benefício.

Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

17. Benefícios concedidos a empregados

17.1. Plano Petros 2 – Fundação Petrobras de Seguridade Social

A gestão do plano de previdência complementar é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

O plano foi implementado pela PBio, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável, sem assunção do serviço passado.

O plano de contribuição definida possui uma parcela de benefício definido, que se refere à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano, com característica de contribuição definida, destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado, de acordo com o pagamento. Em 31 de dezembro de 2022, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 3.296 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 2.779).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 31 de março de 2023, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da consultoria atuarial da Fundação Petros, pois há reserva para cobrir o valor em risco. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

A contribuição esperada da Companhia, para o ano de 2023, é de R\$ 3.699, referente à parcela de contribuição definida. Os custos previstos, com atualização de provisão atuarial, são R\$ 574, sendo apropriados mensalmente à parcela de 1/12 avos, no resultado.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2022, é de 12,79 anos (14,69 anos em 31 de dezembro de 2021).

17.2. Plano de Saúde – Associação Petrobras de Saúde (APS)

O plano de saúde, nomeado "Saúde Petrobras" pelos beneficiários é administrado pela Associação Petrobras de Saúde (APS), associação civil, sem fins lucrativos e inclui programas de prevenção e assistência à saúde. O plano cobre todos os empregados atuais, aposentados e está aberto a novos empregados.

Atualmente patrocinado pela Petrobras, Transpetro, PBio, TBG e Termobahia, o plano está exposto, principalmente, ao risco de aumento dos custos médicos devido à inflação, novas tecnologias, novos tipos de cobertura e a um maior nível de utilização de benefícios médicos. A Companhia aprimora continuamente a qualidade de seus processos técnicos e administrativos, bem como dos programas de saúde oferecidos aos beneficiários, a fim de mitigar esse risco.

Os empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais para cobertura de procedimentos de alto risco e contribuições variáveis para parcela do custo dos demais procedimentos, ambas com base nas tabelas de contribuição do plano, que são definidas com base em determinados parâmetros, como o salário e níveis de idade. O plano contempla também o auxílio na compra de alguns medicamentos mediante reembolso, com participação dos empregados e aposentados.

O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia, com base nos custos incorridos pelos participantes. A participação financeira da Companhia e dos beneficiários nas despesas é estabelecida no acordo coletivo de trabalho (ACT), sendo 60% (sessenta por cento) pela Companhia e 40% (quarenta por cento) pelos participantes.

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo foi remensurado com as premissas atuariais vigentes, cujo resultado está demonstrado nas tabelas do item 17.3—Valores nas demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2022, é de 37,86 anos (37,86 anos em 31 de dezembro de 2021).

17.3. Valores nas demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos

(a) Movimentação do Valor Presente das Obrigações (VPO)

	2022		2021	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Obrigações atuariais no início do exercício	4.712	8.396	9.304	9.361
Custo do serviço corrente	332	1.555	907	2.423
Custo dos juros	501	896	691	674
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	(1.065)	(1.277)	(329)	(3.665)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	112	(135)	(106)	953
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	(1.053)	1.794	(5.719)	(2.819)
Benefícios pagos pelo plano	(49)	-	(38)	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	40	-	(44)
Custo de Serviço Passado – Alterações do Plano	-	-	-	1.512
Valor Presente das Obrigações no final do exercício	3.491	11.269	4.712	8.396

(b) Movimentação do Valor Justo dos Ativos do plano

	2022		2021	
	Planos de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Ativos do plano no início do exercício	(754)	-	(139)	-
Receita de juros	(77)	-	(9)	-
Rendimento sobre os Ativos (Maior)/Menor que a Taxa de Desconto	10	-	(643)	-
Benefícios pagos pelo plano	49	-	38	-
Valor Justo dos Ativos no final do exercício	(772)	-	(754)	-

(c) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2022		2021	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Não circulante				
Valor presente das obrigações	3.491	11.269	4.712	8.396
Valor Justo dos Ativos do Plano	(772)	-	(754)	-
Passivo líquido no final do exercício	2.719	11.269	3.958	8.396

(d) Movimentação do passivo atuarial líquido

	2022	2021	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	3.958	8.396	9.165	9.361
(+) Efeitos remens. reconhecidos em outros resultados abrangentes	(1.996)	382	(6.796)	(5.531)
(+) Custos incorridos no exercício	757	2.451	1.589	3.098
(+) Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	40	-	(44)
(+) Custo de Serviço Passado – Alterações do Plano	-	-	-	1.512
Passivo líquido no final do exercício	2.719	11.269	3.958	8.396

(e) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2022		2021	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Taxa nominal de desconto (% a.a.)	11,97	11,97	10,73	10,68
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos (% a.a.)	11,97	-	10,73	-
Taxa nominal de crescimento salarial (% a.a.)	7,74	-	7,20	-
Taxa nominal de reajuste de benefícios do plano (% a.a.)	5,45	-	4,97	-
Inflação (% a.a.)	5,45	5,45	4,97	4,97
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos (% a.a.)	-	9,87 a 3,25	-	5,24 a 3,25

Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios, definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica, são provisionados com base em cálculo atuarial, elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido, resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos, sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A Companhia também contribui para planos de contribuição definida, de forma paritária ao valor da contribuição normal do empregado, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorrida.

18. Patrimônio Líquido

18.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social, subscrito e integralizado no valor de R\$ 3.746.670, está representado por 374.666.989 ações ordinárias sem valor nominal, todas escriturais, com direito a voto, e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão de ações, são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

18.2. Resultado por ação

	2022	2021
Prejuízo atribuível aos acionistas	(196.324)	(241.822)
Quantidade de ações	374.666.989	374.666.989
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (em R\$)	(524,00)	(645,43)

18.3. Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece perdas e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

Em 2022, a Companhia reconheceu ganho de R\$ 1.614 (R\$ 12.407 em 2021) com remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica, conforme mencionado na nota explicativa 17.

Prática contábil

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes de: i) ativos financeiros classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, ii) remensurações em planos de benefício definido.

19. Receita de vendas de produtos

	2022	2021
Receita bruta de vendas	1.441.818	1.527.379
Encargos de vendas (i)	(18.308)	(218.277)
Créditos presumidos	31.880	49.398
Receita de vendas	1.455.390	1.358.500
Biodiesel	1.343.475	1.275.180
Glicerina Bruta	69.719	48.594
Coco seco	3.112	4.792
Grão de Mamona	21.351	17.282
Ácido Graxo	10.213	8.593
Sebo bovino	1.568	-
Outros	5.952	4.059
Receita de vendas	1.455.390	1.358.500

(i) A redução nos encargos de vendas decorre, principalmente, pela:

- Venda direta de biodiesel para as distribuidoras, a partir de janeiro de 2022, sem a cobrança de ICMS, sendo este diferimento, conforme Convênio ICMS 110 de 28 de setembro de 2007; e
- Redução da alíquota de PIS/COFINS para zero sobre as vendas de biodiesel, a partir de 11 de março de 2022, conforme Lei Complementar 192, garantindo a manutenção dos créditos vinculados, com prorrogação dessa redução para 2023, conforme nota explicativa 16.1.

Prática contábil

A Companhia avalia os contratos com clientes, que serão objeto de reconhecimento de receitas, e identifica os bens e serviços distintos, prometidos em cada um deles.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços), que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos, que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação, à qual espera ter direito, em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia, baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Companhia satisfaz à obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo no ato da entrega do produto.

20. Custos e despesas por natureza

20.1. Custos dos produtos vendidos

	2022	2021
Matérias-primas / produtos adquiridos	(1.481.006)	(1.302.482)
Serviços contratados, fretes, alugueis, encargos gerais e outros (i)	(105.760)	(104.527)
Depreciação e amortização	(25.441)	(24.907)
Gastos com pessoal	(25.959)	(21.301)
Total	(1.638.166)	(1.453.217)

(i) inclui variação de estoques.

20.2. Despesas de vendas

	2022	2021
Gastos com pessoal	(7.494)	(8.903)
Reversão de perdas de créditos esperadas	1.294	2.006
Serviços contratados, fretes, alugueis, encargos gerais e outros	(2.477)	(3.516)
Total	(8.677)	(10.413)

20.3. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Serviços contratados, fretes, alugueis, encargos gerais e outros	(21.647)	(10.974)
Gastos com pessoal	(37.666)	(34.007)
Depreciação e amortização	(194)	(990)
Total	(59.508)	(45.969)

20.4. Despesas tributárias

	2022	2021
Despesas com PIS e COFINS	(18.882)	(4.240)
Outras	(2.768)	(2.442)
Total	(21.650)	(6.682)

(i) Avariação decorre, essencialmente, pelo incremento em 2022, nas receitas financeiras e com subvenções.

21. Outras receitas (despesas), líquidas

	2022	2021
Resultado com derivativos de commodities (nota explicativa 24.2)	(24.577)	(9.856)
Multas aplicadas à fornecedores	17.012	9.410
Créditos de descarbonização - CBIOS (nota explicativa 11)	21.620	7.881
Incentivos fiscais (i)	2.113	9.113
Resultado na comercialização de CBIOS	4.304	4.507
Gastos com ociosidade	(31.298)	(28.225)
Despesas Assistência técnica	(3.028)	(2.475)
Reversão (provisão) para para perdas com processos judiciais e administrativos	(15)	3.674
Programa de incentivo ao Desligamento Voluntário	-	1.735
Recebimento parcela conta escrow (nota explicativa 8.1)	11.463	-
Indenização por perdas - Desinvestimento BBB	(1.630)	(1.149)
Reversão (provisão) de perdas com processos judiciais de desinvestimentos	4.202	(8.701)
Provisão (reversão) de perdas de créditos esperadas	(5.966)	216
Receita com indenização - Desinvestimento BSBIOS	6.970	1.084
Outras	348	1.786
Total	1.518	(10.980)

(i) Receita de subvenção governamental de investimento sobre o ICMS no estado da Bahia.

22. Processos judiciais e contingências

22.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos trabalhistas, destacando-se: ações movidas por pessoas físicas sobre reclamação trabalhista cujo objeto é a terceirização;
- Processos fiscais, destacando-se: ICMS - Diferença do DIFAL de máquinas e equipamentos movida pelo estado da Bahia; e
- Processos cíveis, destacando-se: ação de execução e resolução de contrato cominada em perdas e danos, movido por pessoa física, onde alega prejuízos aos pequenos agricultores de uma região no estado do Pará.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2022	2021
Passivo não circulante		
Processos Trabalhistas	1.078	1.194
Processos Fiscais	151	143
Processos Cíveis	142	19
Total	1.371	1.356

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2022, a Companhia considerou todas as informações disponíveis, relativas aos processos em que é parte envolvida, para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

22.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2022	2021
Ativo não circulante		
Trabalhistas	3.382	3.300
Total	3.382	3.300

22.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais, que constituem obrigações presentes, cuja saída de recursos não é provável ou para a qual não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	2022	2021
Trabalhistas	5.303	5.101
Fiscais	14.937	4.946
Ambientais	34	-
Cíveis	443	557
Total	20.717	10.604

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista e cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza trabalhista	Estimativa	
	2022	2021
Autor: Sindipetro MG		
1) Reclamação trabalhista sobre cálculo de remuneração - Complemento de Remuneração Mínima Por Nível e Regime (RMNR). Reclamante alega dedução ilegal da parcela convencional intitulada RMNR, deduzindo do valor dessa parcela outras parcelas salariais como adicional trabalho noturno (ATN) e outros.		
Situação atual: Processo permanece suspenso por decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST).	4.673	4.147
Autor: Leandro Santos de Lima		



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

Descrição dos processos de natureza fiscal	2022	Estimativa 2021
Autor: União Federal		
1) Auto de Infração por suposta majoração indevida de custos e que determinou o ajuste na base de cálculo da CSLL e do IR do ano calendário de 2009.		
Situação atual: Aguarda-se o julgamento do Recurso voluntário protocolado ao CARF (2ª Instância administrativa).	3.573	3.573
Autor: União Federal		
2) Compensações não homologadas - Pedido de ressarcimento de crédito presumido de COFINS, referente ao 2º trimestre de 2018.		
Situação atual: Manifestação de inconformidade apresentada, pendente de julgamento.	5.653	-
Autor: União Federal		
3) Reprocessamento - Deferimento parcial de ressarcimento de crédito presumido de COFINS, referente ao 3º trimestre de 2019.		
Situação atual: Manifestação de inconformidade apresentada, pendente de julgamento.	1.274	-
Autor: Estado da Bahia		
4) Auto de Infração por suposto recolhimento a menor de ICMS decorrente de glosa de créditos apurados pelo CIAP e apropriados em decorrência de bens do ativo imobilizado.		
Situação atual: Decisão de 1ª instância administrativa desfavorável. Recurso Voluntário protocolado em 21.04.2021, pendente de julgamento.	1.165	1.099
Autor: União Federal		
5) Compensações não homologadas - Pedido de ressarcimento referente a crédito presumido de PIS do 3º trimestre de 2018.		
Situação atual: Manifestação de inconformidade do indeferimento do pedido distribuída em 05.05.2022.	732	-
Aguarda-se julgamento.		
Autor: União Federal		
6) Compensações não homologadas - Recurso Hierárquico em face do despacho que deferiu parcialmente o ressarcimento de crédito presumido de PIS do 2º trimestre de 2018.		
Situação atual: Recurso distribuído em 13.05.2022. Aguarda-se julgamento.	767	-
7) Processos diversos de natureza fiscal	1.772	274
Total de processos de natureza fiscal	14.937	4.946

Descrição dos processos de natureza cível	2022	Estimativa 2021
Autor: Sampa Cooper Cooperativa de Transportes		
1) Ação de cobrança em que parte autora sustenta que a PBio teria retido indevidamente um valor referente aos serviços de transportes prestados e não pagos entre dezembro de 2013 e maio de 2014.		
Situação atual: Apresentada petição pela PBio, em 02.12.2022, requerendo a extinção do processo pelo abandono pela parte autora por mais de 30 dias. Aguardando pronunciamento judicial	440	387
Autor: Antonio Fernando Cordeiro de Araujo		
2) O Autor propôs ação monitoria alegando que é credor de um valor contra a PBio, uma vez que teria prestado serviços na cooperativa SAMPACOOPER.		
Situação atual: Publicação de acórdão o qual negou provimento a apelação da PBio. Opostos Embargos de Declaração não acolhidos. Interposto Recurso Especial com baixa chance de êxito. Desta forma, expectativa de perda alterada para provável.	-	108
Processos diversos de natureza cível	3	62
Total de processos de natureza cível	443	557

Descrição dos processos de natureza ambiental	2022	Estimativa 2021
Autor: Superintendência Regional do Meio Ambiente - Núcleo do Norte de Minas Gerais (SUPRAM-NM)		
1) Auto de Infração lavrado, em 14/06/2022, pela SUPRAM-NM na Usina de Montes Claros por descumprir condicionante aprovada nas licenças ambientais, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoramento ou equivalentes.		
Situação atual: Apresentada defesa em 01/08/22, ainda não transitada em julgada. Entretanto, pelos subsídios ofertados, a defesa foi considerada perda possível.	34	-
Total de processos de natureza ambiental	34	-

Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos, que incorporem benefícios econômicos, será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação, em notas explicativas, quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

23. Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Receitas Financeiras	75.368	42.528
Receita prestação de fiança – Repetro (Nota explicativa 14.1)	-	11.704
Receita com recebíveis de ativos financeiros	74.292	30.745
Receitas financeiras – contas a receber vendas	384	55
Juros recebidos de clientes	692	24
Despesas Financeiras	(263)	(266)
Despesas financeiras – terceiros	(263)	(233)
Despesas financeiras – direito de uso bens terceiros	-	(33)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(336)	2.342
Variação cambial de operações com derivativos	(1.452)	(262)
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	3.233	2.036
Outras variações monetárias e cambiais, líquidas	(2.117)	568
Total	74.769	44.604

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

24.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo, em 31 de dezembro:

	2022	2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	1
Contas a receber - FIDC	458.483	696.468
Contas a receber, líquidas	109.547	185.525
Derivativos e depósitos de margem	43.385	18.400
	611.421	900.394
Não circulante		
Depósitos judiciais	3.382	3.300
	3.382	3.300
Total	614.803	903.694
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	99.048	196.872
Outras contas e despesas a pagar	6.109	2.955
Derivativos	870	1.670
	106.027	201.497
Não circulante		
Outras contas e despesas a pagar	1.089	617
	1.089	617
Total	107.116	202.114

24.1.1. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado, com exceção das operações com derivativos e de contas a receber — FIDC. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O contas a receber — FIDC —, conforme divulgação em nota explicativa 6, está mensurado pelo seu valor justo, por meio do resultado.

24.2. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía instrumento financeiro derivativo, visando diminuir sua exposição ao risco cambial e à variação de cotação de *commodities* agrícolas, associadas a suas atividades. Os resultados estão condizentes com as políticas estratégicas, definidas pela Administração da Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos de *commodities* são mensurados a valor justo, por meio do resultado em linha de outras receitas operacionais.

As tabelas a seguir apresentam um resumo das posições mantidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, reconhecidas como operações com derivativos e garantias dadas como colaterais, além dos valores reconhecidos no resultado por natureza das operações:

	Valor nocial		Valor Justo Posição Ativa (Passiva)		Vencimento
	2022	2021	2022	2021	
Derivativos não designados como Hedge					
SWAP - CBOT	(3)	(11)	(870)	(1.670)	
Venda/Óleo de soja	(5)	(11)	(870)	(1.670)	2023
NDF - MOEDA	(17.027)	15.158	28	1.243	
Venda/Dólar	(17.027)	15.158	28	1.243	2023
Total reconhecido no Balanço Patrimonial			(842)	(428)	

(* Valor nocial em mil toneladas (CBOT) e USD (NDF).

Depósitos de margem (i)	Garantias dadas como colaterais	
	2022	2021
	43.357	17.157
Total	43.357	17.157

(i) Valores depositados como margem de garantia para fazer face às operações com derivativos de *commodities*.

Derivativos de commodities	Perda reconhecida no resultado do exercício	
	2022	2021
Óleo de soja	(16.403)	(927)
NDF	(8.174)	(8.909)
Reconhecido em outras despesas operacionais	(24.577)	(9.836)
Total	(24.577)	(9.836)

A análise de sensibilidade do valor dos instrumentos financeiros derivativos com relação aos diferentes tipos de risco de mercado em 31 de dezembro de 2022 é apresentada a seguir:

Operações	Risco	Cenário		
		Provável	Possível	Remoto
Derivativos não designados como Hedge				
SWAP CBOT	Óleo de Soja	-	(3.803)	(7.606)
NDF Dólar	Câmbio	-	(1.551)	(2.843)

O Cenário provável utiliza referências externas à Companhia, de amplo uso no apreçamento de cargas no mercado de *commodities*, que levam em consideração o preço de fechamento do ativo, em 31 de dezembro de 2022, e, desta forma, considera-se que não há variação do resultado das operações em aberto nesse cenário. Os cenários possível e remoto refletem o efeito potencial no resultado das operações em aberto, considerando uma variação no preço de fechamento de 20% e 40%, respectivamente, para SWAP CBOT e 10% e 20% para NDF Dólar. Para simular os cenários mais desfavoráveis, a variação foi aplicada para cada grupo de produto, de acordo com a posição das operações em aberto: queda de preço para posições compradas e alta para posições vendidas.

24.2.1. Hierarquia de nível de valor justo dos derivativos

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, o Pronunciamento técnico CPC 46 estabelece uma hierarquia de valor justo, que classifica em três níveis as informações aplicadas nas técnicas de avaliação, utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade aos preços cotados (não ajustados), em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (informações de Nível I), e a mais baixa prioridade aos dados não observáveis (informações de Nível III).

Informações de Nível I são preços cotados (não ajustados), em mercados ativos para operações ativas ou passivas, idênticas a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível II são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível I.

Informações de Nível III são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo, assim, situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos	Valor justo medido com base no total do valor justo contabilizado		
	Nível I	Nível III	Nível III
Derivativos de moeda estrangeira	-	28	-
Derivativos de commodities	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	28	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	1.243	-

Passivos	Valor justo medido com base no total do valor justo contabilizado		
	Nível I	Nível III	Nível III
Derivativos de moeda estrangeira	-	-	-
Derivativos de commodities	-	(870)	(870)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(870)	(870)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(1.670)	(1.670)

24.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos, de crescimento e retorno, e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

24.3.1. Risco de preços de soja

De modo a minimizar a exposição da Companhia ao ciclo de preços de matéria-prima, optou-se pela realização sistemática de proteção parcial das operações de compra ou venda de mercadorias com utilização de instrumentos financeiros derivativos, alinhada à Política de Gestão de Risco das Operações de Derivativos da Petrobras Biocombustível.

Em março de 2021, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das variações de preço de óleo de soja e câmbio, a PBio aprovou o primeiro ciclo de *Hedge*, para as operações sistêmicas dessa matéria-prima e também de dólar. Em 2022, entrou em vigor o novo modelo de comercialização de biodiesel. Em substituição aos leilões, os contratos de biodiesel são negociados diretamente com os distribuidores. O 3º ciclo de *hedge* abrange o período de janeiro a março de 2022 e o 4º ciclo de *hedge* abrange o período de abril a dezembro de 2022. No ano de 2022, a PBio operou apenas uma estratégia, a de físico comprado, também conhecido como *long basis*, operando com estruturas para proteção contra a baixa de preços de matérias-primas já compradas (em 100% para óleos). O 4º ciclo de *hedge* previa, além da estratégia de *long basis*, a possibilidade de realização de estratégia de físico vendido, também conhecida como *short basis*, sob a condição de haver biodiesel precificado previamente à compra de matéria-prima para sua produção. No entanto, como não houve operações nesta última condição, não foi realizada nenhuma operação de *short basis* em 2022.

Como resultado dessa estratégia, a Companhia apurou um resultado negativo de R\$ 24.577, conforme nota explicativa 24.2. Cabe ressaltar que, no novo modelo de comercialização de biodiesel, resultados negativos no *hedge* não significam necessariamente perda em resultado ou em caixa, pois os contratos de biodiesel são parametrizados por CBOT e dólar, com atualizações semanais do preço do biodiesel. Desta forma, o preço do biodiesel e receita apurada se beneficiam das altas em CBOT e câmbio, opostamente ao *hedge* de físico comprado, que foi realizado.

24.3.2. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos.

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras, decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. A Administração avalia que os riscos, de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

24.3.3. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto prazo, transações de vendas e aportes da controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da Companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa. Todos os passivos financeiros da Companhia possuem vencimento menor que um ano, com exceção de R\$ 1.089 de outras contas a pagar.

24.3.4. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas, decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras. A PBio não está exposta.

24.3.5. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras, utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não tem fluxos operacionais em outras moedas, exceto pelas operações de derivativos de moedas, divulgadas na nota explicativa 24.2.

24.4. Seguros

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas de biodiesel possuem cobertura de seguro com a empresa Aural Seguradora S/A, com vigência até 31 de maio de 2024, com riscos cobertos no valor de USD 145.476 mil e valor de franquia de USD 2.000 mil.

DIRETORIA EXECUTIVA

RODRIGO HERVÉ QUARANTA CABRAL
Presidente

EDMUNDO JOSÉ CORREIA AIRES
Diretor de Biodiesel

ALEXANDRE QUINTÃO FERNANDES
Diretor Administrativo e Financeiro

ROBSON HONORATO
Contador CRC-RJ-086.473/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Petrobras Biocombustível S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Biocombustível S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores, pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes, previstos no Código de Ética Profissional do Contador, e nas normas profissionais, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida à procedimentos de auditoria,





MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião, sobre as demonstrações financeiras, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são: obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria, contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos, relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes
Contador CRC RJ-112835/O-7



PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A.

O Conselho Fiscal da PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes Ltda, emitido sem ressalvas, com data de 01 de março de 2023. Tomou conhecimento ainda da destinação do prejuízo líquido do exercício de 2022, no montante de R\$ 196.324 mil para a conta de Prejuízos Acumulados.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia. Adicionalmente, manifesta-se favorável à submissão da proposta de destinação do prejuízo líquido do exercício de 2022, no montante de R\$ 196.324 mil para a conta de Prejuízos Acumulados à Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2023.

Solange Arantes Dornela
Presidente

Marcelo Pereira de Amorim
Conselheiro

Milton Piraino Junior
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO CONGLOMERADO PETROBRAS (CAECO)

Informamos que o CAECO, em sua 116ª reunião, realizada em 01-03-2023, na pauta "DFINRI/CONTRIB, DRGN/INP, PBIO, AUDITORIA INDEPENDENTE e JURIDICO – Ajustes solicitados às Demonstrações Financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. ("PBio") – Exercício 2022" emitiu a seguinte manifestação:

O CAECO, no uso de suas atribuições, tomou conhecimento das informações apresentadas e recomendou, ao órgão competente da PBio, a aprovação da proposta das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2023.

Michele Moraes Fukumoto
Coordenadora

Gerência de Suporte ao Conselho de Administração da Petrobras

